



**Travessia Securitizadora de Créditos
Financeiros XXI S.A.**

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Com relatório de revisão dos auditores independentes

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Realização dos direitos creditórios

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, os direitos creditórios da carteira de crédito da Companhia são oriundos de Créditos NPL (“*Non Performed Loan*”), no montante de R\$ 25.152 mil. Devido à natureza desses direitos creditórios, os valores quando efetivamente realizados poderão ser diferentes dos constantes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Nossa Opinião não está modificado a cerca deste assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

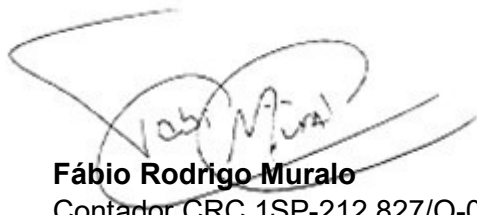
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de abril de 2025.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-031.269/O-1



Fábio Rodrigo Muralo

Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	836	1.343
Impostos a recuperar	4	1.311	27
Total do ativo circulante		2.147	1.370
Ativo não circulante			
Carteira de Créditos	5	25.152	25.318
Total do ativo não circulante		25.152	25.318
Total do ativo		27.299	26.688

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Obrigações tributárias		11	4
Total do passivo circulante		11	4
Passivo não circulante			
Debêntures	6.2	27.288	26.684
Total do passivo não circulante		27.288	26.684
Patrimônio líquido			
Capital social	7.1	1	1
Prejuízo do exercício		(1)	(1)
Total do patrimônio líquido		-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		27.299	26.688

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Demonstrações do resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita Operacionais	8	7.406	5.637
Custo dos serviços prestados	9	(7.060)	(5.644)
Resultado bruto		346	(7)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(479)	(177)
Despesas Tributárias	11	(10)	(6)
		(489)	(183)
Resultado operacional		(143)	(190)
Receitas financeiras	12.1	144	191
Despesas financeiras	12.2	(1)	(1)
Resultado financeiro		143	190
Resultado do exercício		-	-
Prejuízo básico por ação - Reais		0,00000	0,00000

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para o Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1</u>	<u>1</u>
Resultado do exercício	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1</u>	<u>1</u>
Resultado do exercício	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>1</u>	<u>1</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades		
Geradas pelas atividades operacionais:		
Juros sobre as debentures	5.616	4.720
Reversão prêmios	(7.246)	(4.983)
Aumento/(redução) no ativo:		
Carteira de Créditos	166	13
Impostos a recuperar	(1.284)	(17)
Aumento/(redução) no passivo:		
Fundo de despesas a pagar	2.234	-
Obrigações tributárias	7	2
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(507)</u>	<u>(265)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(507)</u>	<u>(265)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.343	1.608
No final do exercício	836	1.343
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(507)</u>	<u>(265)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A. (“Companhia”)**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 11 de novembro de 2020.

O objeto social da Companhia é a aquisição e securitização de Créditos NPL (“*Non Performed Loan*”) desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686/00, (ii) A emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) A realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais

2.1. Autorização

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Esta declaração foi formalizada em 03 de abril de 2025.

2.2. Base de apresentação

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Board* (IASB).

As Demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.2. Base de apresentação--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4. Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i)** Custo amortizado;
- (ii)** Valor justo por meio do resultado;
- (iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

2.7.3. Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) - Apresentação de Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.	01/01/2027
IFRS 19, subsidiária sem responsabilidades públicas: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.	A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.	01/01/2025
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.	01/01/2025

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em exercícios futuros. Quaisquer impactos identificados serão devidamente divulgados nas demonstrações financeiras, conforme necessário.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Banco conta movimento	1	1
Aplicações financeiras (i)	835	1.342
	<u>836</u>	<u>1.343</u>

- (i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 98% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia obteve receitas financeiras no montante de R\$ 144 (R\$ 189 em 2023) provenientes de aplicações financeiras, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 12.1.

4. Impostos a Recuperar

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IR sobre aplicação financeira	36	-
PIS e Cofins	3	3
Base negativa IRPJ	24	24
ITBI (i)	1.248	-
	<u>1.311</u>	<u>27</u>

- (i) Em 28 de março de 2024, a Companhia efetuou o pagamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), no montante de R\$ 1.248, referente a um imóvel registrado em nome da Companhia no município de Nova Ubiratã-MT, a Fazenda Kade I (Vide nota 5j). Trata-se de um imóvel rural com área total de 1.803 hectares, matrícula nº 31 do CRI de Nova Ubiratã. O imóvel está localizado na Avenida Porto Alegre, Centro Norte, Sorriso, e está registrado na carteira de NPL no montante de R\$ 16.006.

5. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e /ou benefícios

a) Descrição dos direitos creditórios adquiridos

Os direitos creditórios da carteira de crédito da Companhia são oriundos de Créditos NPL (“*Non Performed Loan*”), de forma que o fluxo de pagamento dos Créditos Financeiros, são lastro para o pagamento aos Debenturistas.

b) Composição dos recebíveis

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o saldo a seguir representa:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Anterior	25.318	25.331
Custos sobre carteira de créditos (Vide Nota Explicativa nº 9)	(166)	(13)
Total	<u>25.152</u>	<u>25.318</u>

c) Aval

Os Créditos NPL são cedidos juntamente com suas respectivas garantias.

d) Cessão fiduciária dos recebíveis

Não há cessão fiduciária do lastro.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e /ou benefícios--Continuação

e) Regime fiduciário

Não há regime fiduciário em securitizações financeiras. A Escritura de Emissão de Debêntures rege o condicionamento do pagamento das Debêntures em relação a performance dos Créditos NPL.

f) Procedimentos de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos incluindo a execução de garantias e custos envolvidos

São contratos advogados para atuar na cobrança dos Créditos NPL.

g) Eventos de pré-pagamento ocorridos durante o exercício e o impacto sobre o resultado e a rentabilidade dos investidores

Não ocorreram eventos de pré-pagamento.

h) Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira

Incluindo, a metodologia adotada pela emissora para a definição dessa avaliação, os valores dos direitos creditórios adquiridos com ou sem retenção substancial de riscos e, para os direitos creditórios adquiridos sem retenção substancial de riscos, a segregação dos valores por entidade que reteve substancialmente os riscos e benefícios.

- **Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios:** São aquelas em que a operação adquire substancialmente todos os riscos de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, enseja a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

Cessão incondicional de direito creditório incluindo o direito de vendê-lo pelo valor justo, em sua totalidade, de forma autônoma e sem imposição de restrições adicionais à operação de venda; e Cessão de direito creditório em conjunto com opção de revenda pelo valor justo no momento da revenda.

- **Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios:** São aquelas em que a operação não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, não ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

Cessão de direito creditório em conjunto com compromisso de revenda do mesmo ativo a preço fixo ou preço de compra adicionado de qualquer rendimento.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e /ou benefícios--Continuação

i) Provisão para Dação em Pagamento

A provisão para Dação em Pagamento foi constituída com base em evento futuro de dação de todo o produto adicional da Securitizadora para os investidores. O cálculo é composto pelo ativo total da companhia (caixa existente para a proteção dos investidores, fundo de reserva e carteira líquida), e pelos valores líquidos das debêntures existentes nesta transação.

j) Carta de Adjudicação do imóvel Fazenda Kade I

Em 16 de setembro de 2024 foi expedida Carta de Adjudicação do imóvel Fazenda Kade I (matrícula 31 do 1ª CRI de Nova Ubiratã/MT) em favor da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI, referente ao Direito Creditório do caso VANILSO DE ROSSI. Em 05/11/2024 foi registrada a adjudicação perante o Cartório de Registro de Imóveis, e em seguida, a Companhia foi imitada na posse do imóvel. Em dezembro de 2024, o terceiro adquirente ajuizou no TJSC uma Ação Declaratória pedindo a nulidade do ato de imissão na posse e medida liminar de reintegração de posse. A liminar havia sido deferida parcialmente, porém em Agravo Interno conseguiram deferimento integral determinado a reintegração de posse. Foram realizadas medidas preventivas, em especial a Ação Declaratória de Nulidade nº 1000366-72.2024.8.11.0107, notificação criminal e notícia crime perante o Ministério Público Estadual. No contexto da referida Ação Declaratória de Nulidade nº 1000366-72.2024.8.11.0107, ajuizada pela Travessia para declarar a nulidade da matrícula nº 6.302, emitida sobre a área explorada pela família De Rossi com base na matrícula nº 31, foi proferida decisão, em sede de recurso, que concedeu liminarmente o pedido da Travessia para suspender os efeitos da matrícula nº 6.302. A referida decisão foi informada na Ação Declaratória ajuizada pelo terceiro adquirente no TJSC, para requerer a reintegração da posse do imóvel em favor da Travessia, com base na ineficácia da matrícula nº 6.302, contudo este pedido ainda está pendente de apreciação por aquele Juízo.

6. Debêntures

6.1. Condições da escritura

De acordo com a Escrituração das Debêntures, a administração da Companhia visa captar recursos no montante de 26.500 (vinte e seis milhões e quinhentos mil Reais) com a emissão de 26.500 (vinte e seis mil e quinhentas) Debêntures, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo:

- (i)** A 1ª Série será composta por 20.420 (vinte mil e quatrocentas e vinte) Debêntures;
- (ii)** A 2ª Série será composta por 5.400 (cinco mil e quatrocentas) Debêntures;
- (iii)** A 3ª Série será composta por 680 (seiscentas e oitenta) Debêntures.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Debêntures--Continuação

6.1. Condições da escritura--Continuação

a) Remuneração

A 1ª série de debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 12,00% ao ano. A 1ª Série de debêntures tem atualização monetária de acordo com o IPCA. O cronograma de pagamentos é dividido em liquidação de juros e amortização do principal no vencimento.

As Debêntures da 2ª e 3ª Série não fazem jus a remuneração, apenas prêmio de performance.

b) Risco de crédito

Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da garantia quanto ao pagamento integral das debêntures.

As partes acordam que os pagamentos de juros, amortização e prêmio das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos direitos creditórios a serem adquiridos pela emissora.

c) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa

Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização.

d) Dação em pagamento

Na hipótese de não realização dos direitos creditórios adquiridos pela Securitizadora a cada uma das séries de debêntures, o agente fiduciário (Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) deverá convocar assembleia geral de debenturistas para comunicação de tal evento e aprovação de plano de ação a ser executado pela Securitizadora, que poderá incluir entre outras medidas (i) Cobrança judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios; (ii) Alienação da carteira de direitos creditórios; (iii) Resgate das debêntures mediante dação em pagamento aos debenturistas da proporção dos seus créditos, dos respectivos direitos creditórios não realizados; (iv) Aguardo da recuperação dos direitos creditórios, entre outros.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Debêntures--Continuação

6.2. Composição das obrigações com debêntures

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo das debêntures está apresentado da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Anterior	32.218	27.498
(+) Juros 1ª Emissão Série 1 (Vide Nota Explicativa nº 9)	5.616	4.720
Subtotal	37.834	32.218
Saldo Anterior	(5.534)	(551)
Prêmios a pagar/receber (Vide Nota Explicativa nº 8)	(7.246)	(4.983)
Fundo de despesas	2.234	-
Subtotal (i)	(10.546)	(5.534)
Total (ii)	27.288	26.684

(i) O saldo de prêmios a pagar com debenturistas corresponde ao resultado acumulado da operação até a presente data, os quais serão repassados aos debenturistas ao término da operação;

(ii) As parcelas do passivo não circulante da série 1 têm seus vencimentos em 2026.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as perdas da 2ª série foram absorvidas pela 3ª série. Portanto, não há saldo a pagar ou a receber relacionado a nenhuma das duas operações.

7. Patrimônio líquido

7.1. Capital Social

O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A., em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 1 (quinhentos Reais), divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 28 de outubro de 2022 a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. adquiriu a totalidade das ações da Companhia "Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.", conforme Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças.

7.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Patrimônio líquido--Continuação

7.3. Dividendos propostos

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas;

O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

8. Receita operacional

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as receitas operacionais estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Recebimento Direitos Creditórios	160	654
Reversão de Prêmios (Vide Nota Explicativa nº 6.2)	7.246	4.983
	7.406	5.637

9. Custos gerais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os custos gerais estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Agente de Liquidação	(12)	(9)
Agente Fiduciários	(24)	-
Assembleia	(1)	-
Cobrança de Carteira	(108)	-
Consultoria	(535)	(541)
Coordenador Lider	-	(31)
Custas Judiciais	(96)	(8)
Custo Cetip/B3	(29)	(76)
Custo de aquisição de carteira (Vide Nota Explicativa nº 5.b)	(166)	(13)
Custodiante	(1)	-
Gestão de Carteiras	(312)	(246)
Escrituração de Cotas	(31)	-
Juros Debentures (Vide Nota Explicativa nº 6.2)	(5.616)	(4.720)
Segurança de Obra	(125)	-
Tarifas e Taxas Cetip	(4)	-
Total	(7.060)	(5.644)

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Despesas gerais e administrativas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as despesas gerais e administrativas estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Auditoria e Assessoria contábil	(81)	(78)
Anúncios e Publicações	(30)	(24)
Honorários Advocatícios	(192)	(1)
Consultoria	-	(74)
Cartórios	(13)	-
Outras despesas operacionais	(163)	-
Total	(479)	(177)

11. Despesas Tributárias

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as despesas tributárias estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Tributos Municipais	(4)	(4)
Impostos sobre operações financeiras	(3)	-
Societário e Paralegal	(3)	(2)
Total	(10)	(6)

12. Resultado financeiro

12.1. Receitas financeiras

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicações financeiras (Vide Nota Explicativa nº 3)	144	189
Receitas financeiras diversas	-	2
Total	144	191

12.2. Despesas financeiras

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
Total	(1)	(1)

13. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2024 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXI S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez:

14.1. Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2024 são descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

15. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

16. Relação com auditores

A Empresa de auditoria independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

17. Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes relevantes após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 até a data de emissão deste relatório.